

<http://dx.doi.org/10.21707/ga.v10.n01a11>

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS AO LONGO DA IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE – PE

ROBERTO MORETTI¹ & MÔNICA COX²

¹ Graduado em Geografia UFPE, Técnico em Controle Ambiental da DBF Planejamento e Consultoria. E-mail: betowmoretti@hotmail.com

² Profa. Geografia e do Prodema-UFPE. Coordena o NEPPAG - Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia. Participa da Renda - Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia. E-mail: monicacox@ig.com.br

Recebido em 08 de outubro de 2015. Aceito em 22 de fevereiro de 2016. Publicado em 30 de junho de 2016.

RESUMO – O presente trabalho visa apresentar os impactos socioambientais relacionados à implantação e consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), localizado nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – PE. Desde a sua implantação, na década de 1970, as populações tradicionais remanescentes de antigos engenhos falidos na área, e de localidades do entorno vêm sofrendo os impactos socioambientais derivados do mesmo, em especial aqueles que sobrevivem de atividades ligadas à agricultura e pesca. Este trabalho traz um histórico da ocupação na área em que hoje está implantado o CIPS, os conflitos entre a visão desenvolvimentista e os impactos socioambientais na área, e um panorama atual da situação do CIPS.

PALAVRAS-CHAVE: *Impactos Socioambientais, Populações Tradicionais, Pesca Artesanal, Suape*

SOCIAL-ENVIRONMENTAL IMPACTS ALONG THE DEPLOYMENT OF SUAPE PORT AND INDUSTRIAL COMPLEX - PE

ABSTRACT – This work aims to present the social-environmental impacts associated along the deployment of Suape Port and Industrial Complex (SPIC), localized in the cities of Cabo de Santo Agostinho and Ipojuca – PE. Since the implantation of SPIC, on the 1970 decade, the traditional remaining populations from old bankrupted sugar cane mills of the area and its surrounding have been suffering the social-environmental impacts caused by it, in special those who survive from agriculture and fishing. This work brings an historical of occupation in the area that is now deployed CIPS, the conflicts between the developmental vision and the social-environmental impacts in the area, and brings one actual panorama situation of SPIC

KEY WORDS: *Social-Environmental Impacts, Traditional Populations, Fishing, Suape*

IMPACTOS SOCIO-AMBIENTALES A LO LARGO DE LA IMPLEMENTACIÓN Y CONSOLIDACIÓN DEL PUERTO DE SUAPE INDUSTRIAL COMPLEJO – PE

RESUMEN – El presente trabajo visa presentar los impactos socioambiental relacionado con la implantación y la consolidación del Complejo Industrial Portuario de Suape (CIPS), ubicado en los municipios del Cabo de Santo Agostinho y Ipojuca, en el Estado de Pernambuco. Desde su implantación, en la 1970, la población viene sufriendo los impactos socioambientales derivados de la implantación del Complejo, en especial aquellos que sobreviven de las actividades vinculadas a la agricultura y la pesca. Este trabajo trae un histórico de la ocupación en el área en los hoy está implantado el CIPS, los conflictos entre la visión desarrollada y los impactos socioambientales en el área, y un panorama actual de la situación del CIPS.

PALABRAS CLAVE: *IMPACTOS SOCIO AMBIENTALES, POBLACIONES TRADICIONALES, PESCA ARTESANAL, SUAPE.*

INTRODUÇÃO

O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) vem se consolidando, cada vez mais, como um espaço atraente e estratégico para o capital no que se refere à instalação de grandes empreendimentos relacionados a diversas áreas produtivas. Recentemente, vem assumindo destaque os empreendimentos ligados aos setores navais (estaleiros) e petroquímicos (Refinaria Abreu e Lima e Petroquímica Suape).

Nesse sentido, tem-se uma realidade de grandes transformações no território local, fazendo-se necessário uma atenção especial aos possíveis impactos socioambientais decorrentes dessas. A região em que hoje está consolidado o CIPS, abrangendo áreas dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, era ocupada, num passado recente, por engenhos ligados a atividade de produção de cana de açúcar. Após a compra, na década de 1980, por parte da Empresa Suape, das terras pertencentes aos engenhos, que estavam sob posse da Cooperativa Tiriri, foi firmado um acordo para realocação e indenização dos habitantes desses engenhos. Tal acordo não foi devidamente cumprido, fazendo com que, até os dias atuais, muitos dos moradores habitem em condições de incerteza e insegurança os “engenhos” considerados no território do CIPS (Silveira, 2010).

Historicamente, os moradores dos engenhos vivem a partir das atividades de agricultura e pesca. Somam-se a esses, pescadores que habitam áreas no entorno do CIPS, com destaque para os pescadores das praias dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Tanto os moradores dos engenhos, como os pescadores das praias dos municípios de entorno, mantêm sua tradição no desenvolvimento da atividade de agricultura, pesca e coleta de frutas, sendo assim, afetados diretamente pelos impactos provenientes das atividades do CIPS, desde sua implantação.

MATERIAL E MÉTODOS

Para elaboração deste artigo, foram realizadas: a) pesquisa bibliográfica relacionada aos temas abordados; b) visitas de campo *in loco*; c) entrevistas com pescadores (pertencentes à comunidade de Tatuoca e à Colônia de pescadores Z8 – Cabo de Santo Agostinho) que desenvolvem a pesca em mar aberto na área de entorno do CIPS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Silveira (2010), Suape se tratava do nome dado a um antigo ancoradouro na ilharga (acidente geográfico) do Cabo de Santo Agostinho, litoral sul de Pernambuco, separado do mar por um cordão de recifes de arenito. No local, desembocavam três rios em sua extremidade norte: o Massangana, o Tatuoca e o Ipojuca, onde um paredão de recifes com aproximadamente 800 metros possibilitava o acesso de pequenas embarcações. Essa configuração, fez com que a região da Praia de Suape, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho fosse vista, desde o início da colonização por parte dos europeus, como estratégica para ser utilizada como base portuária. Esse valor estratégico comercial e militar fez com que sucessivas disputas ocorressem pela área, entre europeus e indígenas, e posteriormente entre holandeses e portugueses, visando seu domínio.

Posteriormente, este espaço se inseriu no processo de ocupação e uso da terra dominante no início da colonização das terras brasileiras (principalmente no litoral e áreas adjacentes), traduzido na monocultura da cana-de-açúcar, considerada, até então, “gênero de grande valor comercial e altamente lucrativo” (Prado Jr, 2008) para abastecer o continente europeu. Em um primeiro momento, o

cultivo da cana se dava em engenhos localizados próximos ao litoral. Segundo Prado Junior (2008), o termo engenho se referia à fábrica propriamente, onde estão as instalações para o tratamento da cana e preparo do açúcar. Posteriormente o termo se estendeu para o conjunto da propriedade com as terras e culturas que abriga. O engenho trata-se de um estabelecimento complexo (para a época), com numerosas construções e aparelhos mecânicos.

Somente no final do século XIX e início do século XX essa forma tradicional de produção de açúcar (os engenhos) foi substituída pelas usinas, caracterizadas como verdadeiras unidades fabris e, que produzia o açúcar extraído da cana proveniente das lavouras dos antigos engenhos (Prado Jr, 2008).

Como ocorreu historicamente em diversas áreas, após consolidadas as usinas na região do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, litoral sul de Pernambuco, houve a formação de vilas e cidades em função das mesmas. Tal processo contribuiu para a concentração de terras nas mãos dos donos das usinas e proletarianização dos trabalhadores rurais que passaram a trabalhar nas indústrias. Um fator que contribuiu bastante para um maior desenvolvimento industrial do setor sucroalcooleiro foi a criação, na década de 1970, do PROALCOOL (Programa Nacional do Alcool), que visava principalmente a substituição da utilização de combustíveis fósseis por biocombustíveis¹ (Silveira, 2010).

Ao mesmo tempo em que contribuiu para o financiamento da produção alcooleira, o PROALCOOL influenciou no endividamento de várias usinas e destilarias, que em alguns casos entravam em falência, tendo suas terras hipotecadas e expropriadas pelo poder público. Um desses casos foi o da Usina Santo Inácio, que faliu em 1963, detentora de diversos engenhos fornecedores de cana localizados no Município do Cabo de Santo Agostinho. Após processo conduzido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1973, os engenhos foram passados a Cooperativa Agrícola Tiriri (formada por antigos trabalhadores rurais da usina falida e por antigos posseiros dos engenhos localizados na área que por pressão social tiveram terras concedidas pelo INCRA) (Silveira, 2010).

Ainda segundo Silveira (2010), a referida cooperativa passou a possuir o direito de compra e venda das terras sob sua posse (engenho Algodoais, Serraria, Massangana, Tiriri, Jasmin, Tabatinga, Setubal, entre outros). Sendo assim, em 1980 a Cooperativa Agrícola Tiriri vendeu a Empresa Suape (que já havia comprado terras de outras usinas) as terras sob sua posse, que correspondiam a aproximadamente 4.985 hectares, e se configuravam como terras necessárias para a instalação do CIPS. No ano de 1980 um Termo de Convênio foi assinado entre a Cooperativa e Suape visando à transferência dos associados, moradores, lotistas e trabalhadores rurais para outras habitações de propriedade da cooperativa. O mesmo termo ainda previa que a empresa Suape buscava junto ao Governo do Estado a construção de uma vila residencial por meio de um projeto de agrovila para incorporar os trabalhadores rurais que iriam sair das terras. Por fim, o termo estabeleceu o pagamento de uma indenização pelas terras e pelas plantações e benfeitorias realizadas pelos sítiantes que ocupavam tais terras.

1 Biocombustíveis: “Os biocombustíveis são derivados de biomassa renovável que podem substituir, parcial ou totalmente, combustíveis derivados de petróleo e gás natural. No Brasil os mais utilizados são o etanol (extraído da cana de açúcar) e o biodiesel (produzido a partir de óleos vegetais ou gorduras animais)” disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/matriz-energetica/biocombustiveis>. Uma série de problemas está associado à expansão do uso dos biocombustíveis. Alves e Thomaz Junior (2012) definem como agrocombustíveis, apresentando-os como uma ferramenta para expansão do agronegócio no campo brasileiro, que vem atuando na substituição de outras culturas pela cultura da cana, perpetuando a concentração de terras no campo brasileiro e ameaçando a soberania alimentar.

Tais compromissos não foram cumpridos plenamente, havendo uma série de problemas tanto no processo de transferência dos moradores, como no pagamento da indenização pelas terras. Como resultado, diversas famílias ainda vivem nessas terras juntamente com outros moradores que ainda habitam o território considerado do CIPS, desde sua implantação, enfrentando os impactos provenientes da instalação e transformações derivadas dos empreendimentos do mesmo, bem como a repressão por parte da Empresa Suape, através de sua empresa de segurança patrimonial (Silveira, 2010).

O Complexo Industrial Portuário de Suape começou a ser idealizado em meados da década de 1970, atrelado a um forte discurso de desenvolvimento econômico para o Estado de Pernambuco. Segundo Cavalcanti (2008), o primeiro documento a respeito de Suape foi um estudo de viabilidade técnico-econômica, contratado pelo governo de Pernambuco. Esse documento focou no significado de Suape no tocante ao desenvolvimento de Pernambuco e do Nordeste, sendo este, considerado uma base indispensável da infraestrutura para possibilitar grandes saltos econômicos para o Estado. O projeto consistia em construir um porto de águas profundas (situado no Cabo de Santo Agostinho, na baía de Suape) “capaz de atender as exigências ditadas pelo desenvolvimento que se processa na região” (publicado no Diário de Pernambuco 9.9.79, p. A-21) (Cavalcanti, 2008).

Ao redor do porto, existiria área suficiente para instalação de indústrias variadas. Segundo Cavalcanti (2008), na escolha do local foi deixado de lado a beleza do lugar, que descreve como um “povoado de gente e contendo rios, praias, manguezais, matas, pomares de frutas e canaviais”. Mota (1978, apud Cavalcanti, 2008) complementa ao afirmar que no projeto foi desconsiderada a beleza natural ímpar, muito menos a ocupação antiga e a desfiguração a ser processada na área para execução do mesmo.

Diante disso foi elaborado um manifesto com críticas por parte de cientistas (Cavalcanti et al., 1975), em sua maioria economistas, que abordavam além do cunho econômico temas como sacrifício a paisagem, problemas ambientais associados, deterioração da qualidade de vida (as críticas foram publicadas na revista *Confidencial Econômico* em 1973 e no *Jornal da Cidade*, dia 8 de abril de 1975, sendo a segunda a primeira crítica pública ao porto). A reação do governo a crítica feita no manifesto elaborado pelos cientistas teve como foco o discurso do “desenvolvimento” (puramente econômico) que Suape traria para Pernambuco e pernambucanos (Cavalcanti, 2008). Ao final de tudo o porto foi implantado e continua em construção, causando diversos impactos socioambientais até os dias atuais.

Percebe-se uma preocupação ambiental, e até mesmo social desde que o projeto foi anunciado, ainda na década de 1970, com fica evidenciado nas críticas feitas no manifesto dos cientistas. Ainda assim, a área em que o CIPS foi instalado passou, desde sua instalação, por mudanças profundas, causadoras de impactos socioambientais significativos, que vão desde: a) desapropriações turbulentas, b) conflitos entre população (p.ex: população que não foi agraciada com o que foi acordado entre a Empresa Suape e a Cooperativa Agrícola Tiriri para possibilitar a instalação do porto no local) e a Empresa Suape, c) e até intervenções que tiveram fortes impactos negativos sobre o meio ambiente local, atingindo também aqueles que sobrevivem diretamente de recursos extraídos do mesmo (destaque para os que vivem da pesca em estuário ou no mar de fora²). Podemos acompanhar no quadro abaixo um resumo dos principais acontecimentos históricos do CIPS, desde sua implantação:

2 Mar de Fora: definido pela pesquisa do Instituto Oceanário (2009) como a pesca em áreas mais distantes da costa até a região do talude continental.

Quadro 1 - Principais acontecimentos históricos do CIPS.

ANO	ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS
1974	Lançamento da pedra fundamental das obras de construção do Complexo;
1975	Conclusão do primeiro Plano Diretor do Complexo, pela Transcon;
1977	Início de desapropriação das primeiras terras, que viriam a totalizar os 13.500 hectares atuais;
1978	Criação e instalação da empresa Suape Complexo Industrial Portuário;
1979	Construção do Centro Administrativo; Construção das barragens de Bita e Utinga (município de Ipojuca); Dragagem do istmo de Cocaia formando a ilha de Cocaia; Aterro do trecho entre o arrecife e o continente, bloqueando a foz do Ipojuca para construção do Parque de Tancagem para granéis líquidos.
1980	Construção do molhe (estrutura formada por pedras), exteriormente ao cordão de recifes, para formação do porto externo;
1981	Instalação de píer de granéis líquidos e gasosos no porto externo;
1982	Implantação de rodovias e ferrovias (internas);
1983	Rebaixamento dos arrecifes em frente à foz do rio Ipojuca para permitir o escoamento do mesmo; A provação do Plano Diretor de Ocupação Máxima, através da Lei de Uso e Destinação do Solo, Decreto-Lei N° 8.447;
1984	Início da operação do PGL 1, com o embarque de álcool combustível;
1985	Implantação do Parque de Tancagem de granéis líquidos;
1987	Término da construção do cais de múltiplos usos; Transferência do parque de tancagem de derivados de Petróleo, de Recife para Suape e início das operações com derivados de petróleo;
1991	Conclusão de nova versão do Plano Diretor Portuário da Primeira Etapa do Porto Interno, pela Consuplan Engenharia; Início das operações no cais de múltiplos usos – CMU; Inclusão de Suape entre os 11 portos prioritários para o Brasil, dentro da Política Nacional de Transportes;
1993	Conclusão do ramal ferroviário de acesso ao porto interno;
1994	Elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento
1995	Início da construção do Porto Interno; Engordamento da praia de Suape;
1996	Inclusão de Suape no Programa Brasil em Ação; Início das obras de dragagem e abertura do cordão de arrecifes;

ANO	ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS
1997	Abertura de 300m na linha de arrecifes para permitir acesso aos futuros cais a serem construídas na foz dos rios Tatuoca e Massangana; Dragagens dos canais e bacias de navegação; Abertura do canal de navegação – Tatuoca; Início de operação de transporte por cabotagem de veículos Fiat;
1999	Término dos cais da 1ª Etapa; Término do terminal de contêineres; Conclusão das obras dos cais 1, 2 e 3 do porto interno;
2000	Início da construção das obras da usina termoeletrica
2001	Conclusão das obras do pátio de veículos; Conclusão do sistema de monitoramento de atracação de navios e sistema de coleta e monitoramento de dados ambientais; Conclusão da construção do terminal de granéis líquidos PGL 2;
2001	Início e conclusão das obras de construção e início da operação do terminal de contêineres; Início das obras de construção do cais 4, do porto interno;
2002	Plano de Desenvolvimento e Zoneamento da Primeira Etapa da Zona Industrial Portuária do Complexo Industrial Portuário de Suape.
2005	Lançada a pedra fundamental da Refinaria José Ignácio Abreu e Lima; Estaleiro Atlântico Sul.
2007	Conclusão das obras de construção do berço 4 do porto interno.
2008	Início da construção da Petroquímica Suape.
2009	Conclusão das obras de construção do berço 5 do porto interno.
2011	Início das obras de recuperação dos cabeços Norte e Sul (extremidades do acesso aberto nos arrecifes); Início da construção do Acesso Rodoferroviário; Início Dragagem do Canal de Acesso Externo do Porto de Suape; Início da Dragagem para implantação do Estaleiro Promar.
2012	Início da construção da estrutura do Estaleiro Promar
2013	Término das obras de recuperação dos Cabeços Norte e Sul (extremidades do acesso aberto nos arrecifes); Paralisação das obras de Dragagem do Canal de Acesso Externo do Porto de Suape (obra não concluída); Conclusão das Obras do Estaleiro Promar; Início da operação parcial da Petroquímica Suape.
2014	Início da Pré-Operação da Refinaria Abreu e Lima

Fonte: adaptado de: PDZ 2002 (apud Almeida, 2003); Eicomnor (2008); <http://www.suape.pe.gov.br/institucional/historic.php>; <http://www.suapeglobal.com.br>; Eicomnor Projetc Concremat (2011).

A partir do quadro apresentado, vale pontuar alguns acontecimentos e intervenções que causaram grandes impactos socioambientais na área. O ano de 1977 é o marco do início das desapropriações na área (13.500ha) do porto. Como já dito anteriormente, até 2013 não havia sido concluído o processo de desapropriações, realocações e indenizações. Além disto, este processo enfrentou e ainda enfrenta diversos problemas em sua execução. Em 05 de maio de 2012 foi publicada matéria no Jornal do Commercio³ que diz respeito aos conflitos entre a Empresa Suape, representado pela empresa que faz a segurança do CIPS, e moradores, inclusive com denúncias e comprovações de que os vigilantes de tal empresa derrubaram algumas casas de moradores (Figura 1). Também foram mencionados conflitos em matéria publicada no dia 30 de Setembro de 2012 pela Folha de São Paulo⁴.

Figura 1. Local onde casa foi derrubada, no Engenho Tiriri e obras da Transnordestina ao fundo.



Fonte: Monica Cox. Data: Setembro/2012.

Em 1979 ocorreram duas intervenções com potencial de grandes impactos negativos. A primeira refere-se à dragagem do Istmo de Cocaia, formando a Ilha de Cocaia (Figura 2). Em entrevista realizada com morador antigo da comunidade de Tatuoca (desde 1971) e pescador, ele relembra essa intervenção em Cocaia:

“Cocaia nunca foi ilha, tinha uma estrada, fizeram a dragagem, cortou e agora ficou aquele pedaço que hoje é uma ilha. Antes não era, era tudo terra, ligado, aí ficou separado e virou ilha. Isso já afetou muito a pesca e foi uma das primeiras intervenções que fizeram.” (Entrevistado A, em 11/12/2012).

Figura 2. Istmo de Cocaia (década de 1970); B – Ilha de Cocaia após dragagem do antigo Istmo (década de 1980).



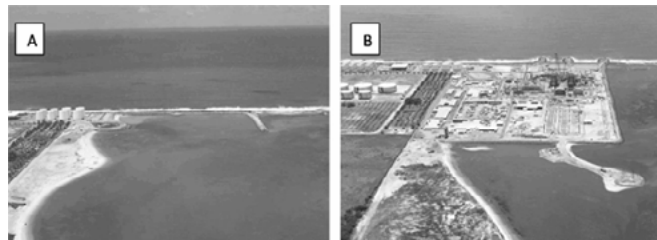
Fonte: Empresa Suape (ALMEIDA, 2003).

³ Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2012/05/05/crescimento-e-conflito-no-porto-de-suape-41167.php>. Acesso em: 10/10/2014.

⁴ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/69160-conflitos-acompanham-progresso-em-suape.shtml>. Acesso em: 10/10/2014.

A segunda intervenção em 1979 trata-se do aterro do trecho entre o arrecife e o continente, bloqueando a foz do Ipojuca para construção do Parque de Tancagem. Essa intervenção fez com que todo o fluxo que vinha do Rio Ipojuca não desembocasse mais na foz da forma que naturalmente desembocava (Figura 3).

Figura 3. A – Início do Aterro;
B – Usina termelétrica sendo construída no local



Fonte: Empresa Suape (ALMEIDA, 2003).

Após a construção do Porto Interno em 1995, iniciou-se em 1996 a dragagem para a abertura de 300m na linha de arrecifes para permitir acesso das embarcações aos futuros cais a serem construídas. Nos anos seguintes foram construídos os cais internos.

Ao longo dos anos 2000 novos investimentos foram realizados no porto, dentre eles o início da construção do polo petroquímico que inclui a Refinaria Abreu e Lima e a Petroquímica Suape. Outra obra que ganhou forte repercussão foi a construção do Estaleiro Atlântico Sul iniciada em 2005. Com relação ao Estaleiro, foi feito um acesso provisório por meio de um dique de enrocamento (formado por pedras, constituindo uma pista, como mostra a Figura 4) sobre o Rio Tatuoca, interferindo diretamente sobre o movimento das marés na área (Silveira, 2010). Hoje o fluxo se dá por meio de tubulações instaladas abaixo do dique. Tal intervenção traz impactos diretos aqueles que sobrevivem da pesca em estuário no local.

Figura 4. Dique de enrocamento sobre o Rio Tatuoca, para acesso ao Estaleiro Atlântico Sul.



Fonte: Foto do Autor. Data: 06/09/2012.

De uma forma geral, observa-se que, para realização das intervenções que visaram a instalação e consolidação do CIPS, foram realizados sucessivos aterros, dragagens nas áreas internas do porto, grande desmatamento de mangue (resguardados legalmente, como em 2010, quando a ALEPE - Assembleia Legislativa do Estado Pernambuco, autorizou a supressão de vegetação nativa no CIPS para implantação de um complexo naval⁵) e de restinga, alterações nos cursos d'água, que trazem impactos diretos ao meio e a

⁵ Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/noticias/?arquivo=news.php&id=11906>. Acesso em: 01/04/2013.

disponibilidade de recursos no mesmo (Figura 5). Agrava-se aí o fato de que muitos que habitavam e ainda habitam em comunidades ainda localizadas dentro do CIPS, se utilizam desses recursos para consumo próprio e como fonte de renda (sobretudo a pesca, agricultura e coleta de frutas).

Figura 5. Supressão mangue no Complexo Naval



Fonte: Foto do Autor. Data: 19/09/2012.

Por trás de todas essas transformações no meio ambiente local, está o discurso do “desenvolvimento” propagado pelo Governo do Estado de Pernambuco para “justificar” e até “encobrir” a repercussão desses impactos socioambientais no local. O discurso do desenvolvimento aparece inclusive em propagandas por meio de *outdoors* na rodovia PE-60 e nas vias de acesso ao CIPS que dá acesso ao porto e litoral sul do Estado, como mostra a Figura 6.

Figura 6 – Placas exaltando o “desenvolvimento” trazido por Suape nas vias de acesso ao CIPS.



Fonte: Foto do Autor. Data: 05/03/2013.

O que se percebe é que o significado de desenvolvimento, no caso do discurso pregado em torno do CIPS, é puramente econômico, que deixa de lado o bem-estar social e “destrói” a natureza local. Pereira (2005), alerta para esse significado adquirido e propagado historicamente e hegemonicamente a respeito do desenvolvimento “como sinônimo de crescimento econômico, urbanização, e acesso ao consumo de serviços e mercadorias”. Completa ainda afirmando que trata-se de um desenvolvimento (econômico) mal planejado e que requer resultados imediatos, a partir da “exploração do meio ambiente – leia-se pessoas e recursos naturais” (Pereira, 2005).

Diegues (1996) ao falar de uma modalidade de conservação com enfoque sócio ambientalista - que defende a conservação do meio ambiente associada ao acesso a terra e aos recursos naturais por camponeses, pescadores e ribeirinhos - afirma que estes veem a crise ambiental profundamente ligada à crise do modelo de desenvolvimento (apenas econômico).

Altvater (1995) resume bem a relação desenvolvimento e meio ambiente ao afirmar que estes “encontram-se em uma relação recíproca: atividades econômicas transformam o meio ambiente e o meio ambiente alterado constitui uma restrição externa para o desenvolvimento econômico e social” (Altvater, 1995). O desequilíbrio observado no CIPS existente nessa relação entre desenvolvimento e meio ambiente, acarretou em impactos socioambientais contínuos na área, principalmente sobre aqueles que viviam e ainda vivem nas comunidades localizadas no interior do CIPS, e dependem dos recursos do meio local para sobreviver, como se percebe na fala do morador da comunidade de Tatuoca e pescador:

“[...] as dragagens, aterros, dali pra cá, acabaram com o mangue, com a metade do rio. O aterro já vem aí, se chegar ali mesmo a água está podre. Qual é o peixe que fica? Aqui nem seca e nem enche, como é que a gente pode viver? Não pode. Eu estou dando graças a Deus porque agora, como eu sou associado à colônia lá de Gaibú (Colônia de pescadores Z8), todo mês eles mandam a feira, mas esse mês mesmo a feira ainda não chegou, não veio, fazer o que?! (no início) As dragagens eram do prédio da receita, lá da frente pra trás, para a Petrobrás, pra lá, foi tudo de areia daqui, tirada daqui desse rio aqui (Tatuoca), para a refinaria, o aterro de areia da refinaria, foi tirado daí [...] vai tirando aquela terra e vai piorando. Agora, o pior é que se eles fizessem dragagem para tirar essa areia e não tivessem tapado o rio⁶ a situação era outra, porque a água entrava, mesmo com a dragagem, quando a água entrava, agente ia bem. Com o rio aberto o peixe entrava e descia, o camarão entrava e descia, o siri ficava no mangue. Agora tudo secou, como é que mato, capim açu dá em mangue? Eu vou lhe mostrar aqui, tirou a água do mangue, deu nisso. As ostras aí, só tem as cascas, tudo morta, porque a água esquentou, a maré não enche e nem seca, porque mangue é o que: a maré entra, enche e seca, que é para manter vivo os crustáceos, mas tudo seco, tudo tapado, como é que vai criar os crustáceos? Não pode, não tem condições, e mais, tem o desmatamento dos mangues, estão acabando com os mangues. [...] Acabaram com o mangue, acabaram com a mata, ali mesmo, era derrubando a mata e os saguis caindo dentro do rio, tudo por conta dos empreendimentos.” (Entrevistado A, em 11/12/2012).

A fala do entrevistado A é reforçada pelo depoimento do Presidente da Colônia de Pescadores Z-8, a respeito da diminuição da quantidade de pescados desde a implantação do CIPS na área:

“De 20 a 15 anos atrás, agente pescava bem que você, se oferecessem 2 (dois) salários mínimos a gente não queria (sair da pescaria para trabalhar). Hoje a turma está saindo (da pesca) por um. A queda do pescado ela foi em torno de 70 a 80%.” (Entrevistado B, em 25/01/2013)

Em janeiro de 2012 foi publicada matéria no Jornal do Commercio noticiando que colônia de pescadores do Cabo de Santo Agostinho denunciou à Comissão de Direitos Humanos da ONU o descaso das autoridades locais com os danos ambientais pela implantação de grandes empreendimentos no Complexo de Suape⁷. Em setembro de 2013 no Diário de Pernambuco foi noticiado que

⁶ O entrevistado A refere-se ao dique construído para o acesso ao Estaleiro Atlântico Sul.

⁷ Nacionalmente comunidades de pescadores se organizaram em campanha pela regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras.

Suape foi multada pela Agência Pernambucana de Meio Ambiente por danos ambientais que estariam afetando espécies da fauna relacionadas aos recifes.

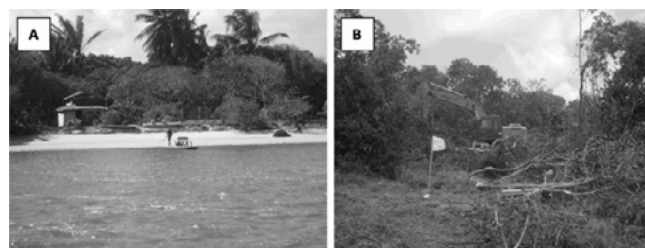
Com base nas intervenções que geraram grandes impactos socioambientais, e nas falas dos entrevistados, foi elaborada um quadro sintetizando as intervenções e os impactos socioambientais derivados das mesmas.

Quadro 2 – Intervenções mais impactantes e impactos socioambientais associados.

ANO: INTERVENÇÃO/ ACONTECIMENTO	IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS
1977: Início de desapropriação das primeiras terras, que viriam a totalizar os 13.500 hectares atuais.	<ul style="list-style-type: none"> - Retirada de parte da população do local de onde garantiam fonte de renda e sobrevivência; - Não pagamento correto das indenizações; - Não cumprimento da transferência de moradores para moradia em outras áreas.
1979: Dragagem do istmo de Cocaia formando a ilha de Cocaia;	<ul style="list-style-type: none"> - Alteração no fluxo das águas provenientes do Rio Tatuoca (em sua foz); - Impactos diretos sobre a pesca no estuário do Rio Tatuoca (depoimento do entrevistado A).
1979: Aterro do trecho entre o arrecife e o continente, bloqueando a foz do Ipojuca para construção do Parque de Tancagem;	<ul style="list-style-type: none"> - Bloqueio da foz do Rio Ipojuca, alterando toda a dinâmica do fluxo de água do referido rio. - Impacto direto sobre organismos aquáticos que se utilizavam da foz do Rio Ipojuca para reprodução. - Impactos diretos sobre a disponibilidade de pescados.
1982 – 2013. Implantação de rodovias e ferrovias (atividades que vem se desenvolvendo até os dias atuais).	<ul style="list-style-type: none"> - Supressão e aterramento de grandes áreas de mangue e restinga presentes na área de abrangência do CIPS. - Impactos diretos sobre a fauna e flora local.
1996 e 1997: Início das obras de dragagem e abertura do cordão de arrecifes; Abertura de 300m na linha de arrecifes para permitir acesso aos futuros cais internos a serem construídas nas fozes dos rios Tatuoca e Massangana;	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da turbidez da água no estuário dos rios Massangana e Tatuoca; - Alteração no fluxo e padrão de escoamento da água na foz dos rios Massangana e Tatuoca, ao criar um segundo local para saída da água proveniente desses rios; - Impactos diretos sobre a disponibilidade de pescados.
1997: Dragagens dos canais e bacias de navegação; Abertura do canal de navegação – Tatuoca;	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da turbidez da água no estuário dos rios Massangana e Tatuoca; - Impactos diretos sobre a disponibilidade de pescados.

ANO: INTERVENÇÃO/ ACONTECIMENTO	IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS
2005: Estaleiro Atlântico Sul (acesso provisório por meio de enrocamento).	<ul style="list-style-type: none"> - Supressão de manguezal para implantação do estaleiro. - Barramento direto no rio Tatuoca, sendo o escoamento da água, atualmente, feito por meio de tubulações. - Alteração no movimento das marés e interação da mesma com o rio Tatuoca; - Impactos diretos sobre a disponibilidade de peixes e crustáceos. - Prejuízo as atividades produtivas tradicionais dos habitantes da ilha de Tatuoca (pesca artesanal, captura do camarão, do caranguejo, da ostra, etc.) (SILVEIRA, 2010).
2011: Início da Dragagem para implantação do Estaleiro Promar.	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da turbidez da água dos rios Massangana e Tatuoca (Figura 7 A); - Supressão de manguezal e restinga na área (Figura 7 B); - Abertura de uma bacia de manobras para os navios construídos no futuro estaleiro, alterando o padrão de circulação da água no local; - Impactos sobre a disponibilidade de pescados na área; - Impactos sobre o fluxo de turistas no bar do “biu”, localizado na ilha de Tatuoca, próximo ao local da dragagem.
2012-2014: Dragagem do Canal de Acesso Externo	<ul style="list-style-type: none"> - Disposição do material dragado em bota fora oceânico, aumentando turbidez; - Aumento da turbidez da água na área de dragagem.

Figura 7. A – Água com turbidez mais elevada e barco de pesca ao fundo, no rio. Tatuoca; B – Supressão de restinga para dragagem da bacia de manobras do Estaleiro Promar



Fonte: Foto do Autor. Data: 19/09/2012.

O CIPS está localizado na região Nordeste do Brasil, no Estado de Pernambuco, em áreas dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, pertencentes à Mesorregião Metropolitana do Recife (RMR). Situado a aproximadamente 40 km de distância do Recife, o CIPS se estende por 13.500 ha. São considerados municípios diretamente influenciados pelo CIPS, os municípios de Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Sirinhaém e Ribeirão (Pires Advogados e Consultores, 2000; Barros e Silveira, 2010). A Figura 8 mostra uma visão aérea do CIPS.

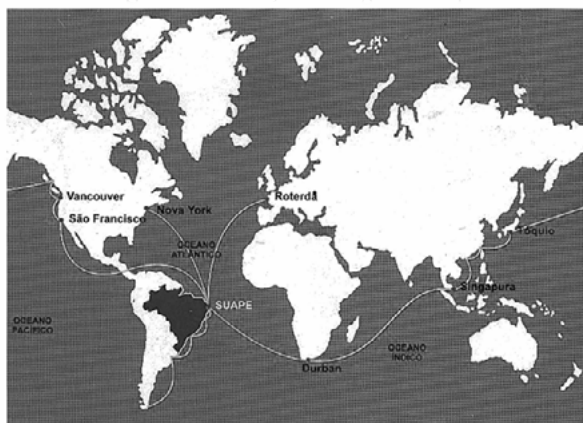
Figura 8. Vista aérea do CIPS, evidenciando porto externo e Porto Interno.



Fonte: Disponível em: <<http://portuariape.blogspot.com.br/p/complexo-industrial-portuario-de-suape.html>>. Acesso em: 02/03/2012.

Nos últimos anos, o CIPS vem assumindo destaque como um polo de desenvolvimento econômico e como espaço estratégico no tocante a instalação de grandes empreendimentos dos mais variados segmentos em sua área, bem como no seu entorno – Refinaria Abreu e Lima (Ipojuca-PE), Estaleiro Atlântico Sul (Ipojuca-PE), Estaleiro Promar (Ipojuca-PE), Petroquímica Suape (Ipojuca-PE) – (SUAPE, 2009). Grande parte dessa vantagem se deve a sua localização estratégica em relação às principais rotas comerciais marítimas, como mostra a Figura 9 (Pires Advogados e Consultores, 2000).

Figura 9. Localização estratégica de Suape.

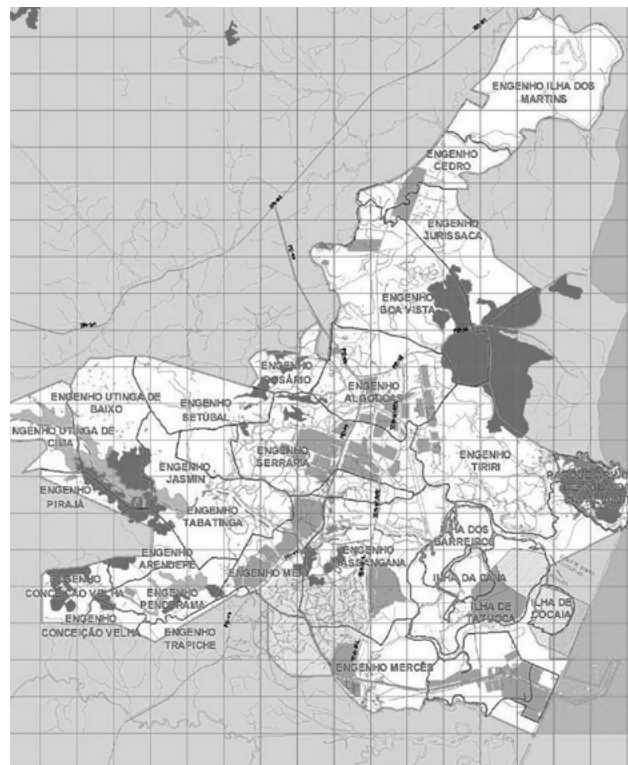


Fonte: Empresa SUAPE (apud ALMEIDA, 2003).

Os variados empreendimentos instalados e em processo de instalação no CIPS atuam como forte atrativo demográfico para os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (PE), assim como nos municípios localizados no entorno do Complexo, tais como, Moreno, Escada, Sirinhaém, Jaboatão dos Guararapes e Ribeirão (PE). Ultimamente tem-se observado um crescimento urbano acelerado e desorganizado comprometendo a qualidade de vida nessas localidades (Master Eco-Pólis, 2009; Planave S.A. & Projotec, 2009).

Como foi relatado anteriormente no histórico da ocupação de Suape, antigamente a área era repleta de engenhos de cana-de-açúcar. A delimitação de tais engenhos foi utilizada para demarcar a localização das áreas ocupadas após a consolidação do CIPS (Planave S.A. & Projotec, 2010). Assim estão delimitados 27 (vinte e sete) engenhos inseridos dentro da área de abrangência do CIPS como mostra a Figura 10, muitos desses ainda mantêm sua tradição nas atividades de pesca (Figura 11), agricultura e coleta de frutas, e são afetados pelos impactos provenientes das atividades do porto, como foi mostrado ao longo deste artigo.

Figura 10. Delimitação das comunidades presentes no território do CIPS – PE.



Fonte: Consórcio Planave S.A & Projotec, 2010.

Figura 11. Pescador na área do estuário dos rios Massangana e Tatuoca.



Fonte: Foto do Autor. Data: Abril/2013.

É importante destacar que muitos moradores (especialmente os mais jovens) estão abandonando suas atividades tradicionais para buscar trabalho assalariado em empresas do porto e próximas (Silveira, 2010). Tal situação é evidenciada na fala do entrevistado A.

“Hoje o pessoal não quer saber mais de pesca. Não quer porque não tem. Eu mesmo digo aos meus filhos: olhe meu filho, fazer pescaria para comer, faz [...], agora viver de pescaria, saia logo para não acabar que nem eu, morrendo de fome, passando necessidade [...] Meu menino mesmo trabalha no estaleiro, entrou como peão, hoje é encarregado e sustenta a família” (Entrevistado A, 11/12/2012).

Fica claro na fala do entrevistado A que a opção pelo emprego assalariado em empresas do porto muitas vezes é apoiada pelos pais e familiares, com o argumento de que a pescaria na região (nos dias atuais) não garante o sustento da família. Tal fato decorre dos impactos

trazidos à região, desde a implantação do CIPS na década de 1970, especialmente os que interferiram diretamente nos corpos d'água (rios e mar aberto) e refletiram na disponibilidade de pescados e organismos que serviam e ainda servem de sustento para famílias da área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso do desenvolvimento (econômico) pregado e colocado em prática desde os estudos para a implantação do CIPS e ainda vigente nas ações que ocorrem na área atualmente, é pautado exclusivamente no crescimento econômico, deixando de lado as questões sociais e ambientais. Lisboa (2004) afirma que o crescimento econômico não põe as mudanças sociais em primeiro plano, e este se faz com custos altos e resultados não equitativos para a população e nações.

Cavalcanti (2006) incorpora aspectos ambientais em sua crítica ao modelo de desenvolvimento atual (praticado no CIPS) ao afirmar que esse modelo não contempla os recursos do ecossistema. Ele cita um mecanismo que economistas adotam em seu raciocínio, definido como “função de produção”, que omite completamente o insumo natureza. Assim, tem-se que iniciativas para promoção do desenvolvimento econômico a todo custo causem uma destruição cega sobre o patrimônio natural e social. O caso do Complexo Industrial Portuário de Suape evidencia isso com muita clareza.

Sérias objeções foram feitas (Cavalcanti et al 1978) desde que o projeto de um “complexo industrial portuário” foi anunciado para a área de Suape, na década de 1970, porém, as mesmas foram “ignoradas” e o projeto foi colocado em prática, trazendo sucessivos impactos socioambientais até os dias atuais, com destaque para os rebatimentos desses impactos sobretudo sobre os antigos moradores (muitos ainda ocupam o local) da área em que hoje está inserido o CIPS (remanescentes de antigos engenhos de cana) e pescadores que habitam áreas do entorno, notadamente os pescadores das Praias do município do Cabo de Santo Agostinho.

REFERÊNCIAS

Almeida, L. P. 2003. **Análise da Efetividade dos Estudos Ambientais: o Caso do Complexo Industrial Portuário de Suape**. Universidade Federal de Pernambuco Programa de Pós Graduação do Departamento de Engenharia Civil. (Dissertação).

Altwater, E. 1995. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

Alvez, J. ; Thomaz Junior, A. 2012. Agrocombustível, trabalho e território no Estado do Acre. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v.6, n.1, p. 141-162, 2012.

Barros, A. P. de; Silveira, K. A. 2010 A produção do espaço rural-urbano e seus rebatimentos nos conflitos socioambientais na área de Suape, Pernambuco – Brasil. In: **Cadernos CERU**, série 2, v. 21, n. 1, p.163-179.

Britto - Pereira, M. C. de. 2005. Desenvolvimento e Meio Ambiente – o todo é maior que a soma das partes. **Revistas Plurais**, Universidade Estadual de Goiás, v.1, n.2, p.265-272.

Cavalcanti, C. 2008. Desenvolvimento e Meio Ambiente: o conflito do Complexo Industrial-Portuário de Suape, Pernambuco. In: IV Encontro Nacional da ANPPAS. **Anais...** Brasília.

Consórcio Eicomnor Projotec Concremat. 2011. **Relatório de Acompanhamento: prestação de serviços técnicos especializados para a fiscalização da obra de dragagem do canal de acesso externo do Porto organizado de Suape/PE**.

Consórcio Planave Projotec. 2009. **Relatório Temático: Gestão Territorial, Aspectos Sociais, Aspectos Habitacionais e Patrimônio Histórico**. Versão Preliminar. Complexo Industrial Portuário de Suape.

Consórcio Planave Projotec. 2010. **Diagnóstico Situacional – Desenvolvimento Social, 2010**. Complexo Industrial Portuário de Suape.

Diegues, A. C. 1996. **O mito moderno da natureza intocada**. Hucitec, 3ed.

Eicomnor Engenharia. 2008. **Projeto Básico de Dragagem do Canal de Acesso**.

Lisboa, J. 2004. O discurso do desenvolvimento do/no capitalismo: à propósito da tese marxista. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano VI, n. 10, p.65-75, jul.

Master Eco-Pólis. 2009. **SUAPE Global / SUAPE Local: O caminho sinuoso do desenvolvimento integrado**. Universidad di Ferrara.

Oceanário, Instituto. 2009. **Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de PE**. Recife: Instituto Oceanário de Pernambuco.

Pires Advogados & Consultoria. 2000. **Estudo de Impacto Ambiental da modernização e ampliação do Complexo Industrial Portuário de Suape**.

Prado Junior, C. 1907 - 1990. 2008. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense.

Silveira, K. A. 2010. **Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco**. Orientadora: GEHLEN, Vitória. Recife (Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Desenvolvimento e Meio Ambiente).